

PRIVATIZAÇÃO

OPA sobre EDP pode chegar a Bruxelas

Minoritários dizem que os chineses controlam a EDP e que o acordo da CTG com o Estado viola lei comunitária

Acionistas minoritários da EDP, representados pela portuguesa ATM e a europeia Euroshareholders, não vão desistir de obrigar a China Three Gorges (CTG) — o maior acionista da elétrica portuguesa — de lançar uma oferta pública de aquisição (OPA) sobre a empresa liderada por António Mexia. E estão, inclusive, dispostos a avançar com uma queixa judicial na União Europeia, por violação das leis comunitárias, caso não obtenham uma resposta satisfatória das autoridades portuguesas.

As associações garantem que o Estado chinês, através da CTG, tem o controlo efetivo da EDP. Por isso, defendem, segundo as leis comunitárias a China Three Gorges é obrigada a lançar uma OPA ao preço a que o Estado vendeu no final do ano passado 21,35% da EDP à empresa chinesa, por €2,7 mil milhões. Ou seja, o equivalente a €3,45 por ação.

Henning Wegener, ex-embaixador alemão e membro da administração da Euroshareholders, envolveu-se pessoalmente na questão e veio esta semana a Lisboa apoiar a entrega de um processo no Tribunal de Comércio de Lisboa, onde é pedida a impugnação das deliberações tomadas na Assembleia Geral (AG) da EDP em 20 de fevereiro. Ao Expresso garantiu que se a questão não for resolvida na justiça portuguesa está disponível para avançar com uma queixa em Bruxelas. "Não há qualquer dúvida de que existe um controlo efetivo da EDP por parte da CTG, em conjunto com os seus aliados. Por isso, os chineses têm, ao abrigo da diretiva europeia de 2004, de lançar uma OPA", explica Henning Wegener, também membro da Associação Espanhola de Acionistas Minoritários (AEM).

"A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) ainda está a observar o que aconteceu na AG de 20 de fevereiro. Se não vir bem o que está em causa iremos para os tribunais europeus", admite. A Euroshareholders — confederação de associações europeias de acionistas minoritários, atualmente com 31 mem-

CMVM exclui OPA na EDP

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) ainda não tomou uma posição sobre a queixa da ATM face à forma como foi tratada na Assembleia Geral (AG) da EDP, realizada a 20 de fevereiro. Mas o regulador continua a pôr de parte a possibilidade de obrigar a China Three Gorges (CTG) a lançar uma oferta pública de aquisição (OPA) sobre a EDP, já que não está provado que haja concertação de votos entre os acionistas. Estiveram vários representantes da CTG na AG de 20 de fevereiro, mas nenhum votou, uma vez que os 21,35% da EDP que adquiriram ainda estavam nas mãos da Parpública. Em causa na queixa da ATM ao regulador está a recusa do presidente da mesa da AG, Rui Pena, em permitir o acesso à lista dos acionistas presentes na reunião. A associação acusa a EDP de tentar obstaculizar o exercício de direitos dos minoritários. Apesar de a CMVM ainda estar a avaliar a situação, não poderá fazer muito, uma vez que quem fiscaliza os procedimentos dentro da AG é o Código das Sociedades Comerciais. A queixa da ATM poderá, no entanto, abrir espaço para que a CMVM crie um conjunto de recomendações a cumprir nas AG.

bros — assegura que a CTG é obrigada a lançar uma OPA para evitar a discriminação entre acionistas. E explica porquê. A diretiva comunitária diz que os acionistas têm o direito de optar por sair ou manter-se sempre que há uma mudança de controlo. Foi o que aconteceu na EDP, diz. Estamos a falar da discriminação de acionistas representantes de 30% do capital da EDP dispersos em bolsa.

"Não aceitamos que o Estado receba um preço 53% acima do valor do mercado e os outros acionistas não recebam nada", atira. As ações da EDP valiam na quinta-feira €2,207, um valor bem abaixo dos €3,45 que a CTG pagou à Parpública. Weneger reclama para os minoritários um prémio idêntico.

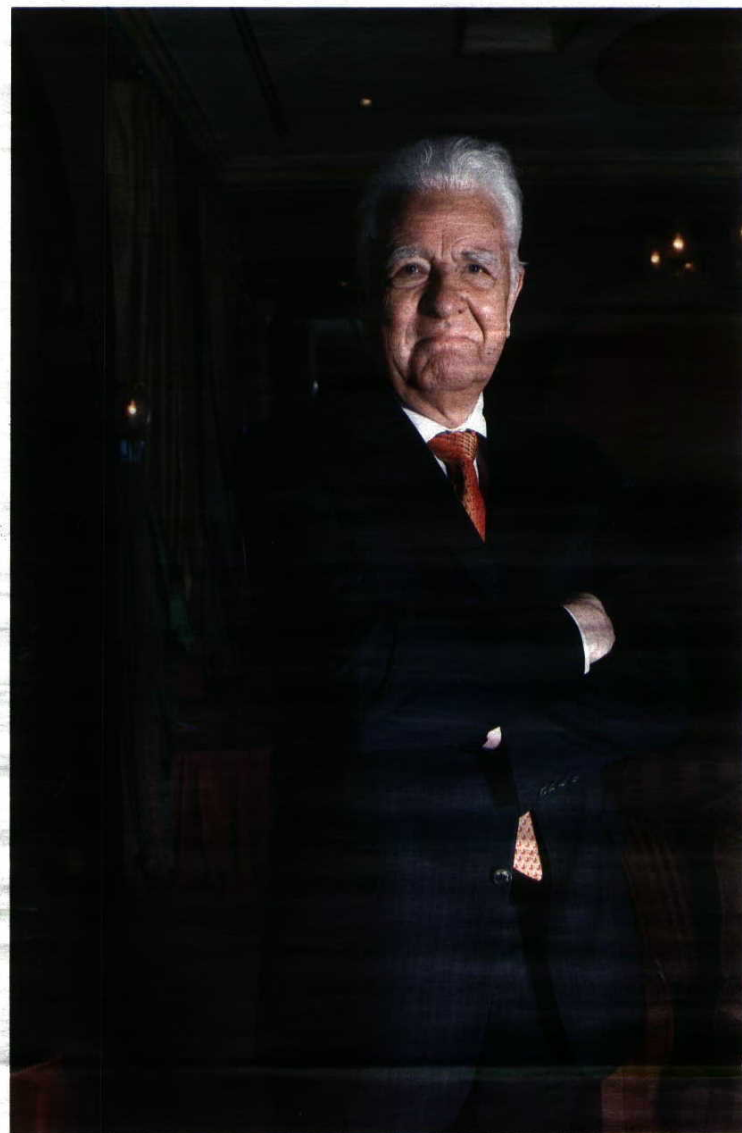
Acordo entre a CTG e a Parpública é ilegal

"Há muitos argumentos a provar que há controlo efetivo. Um deles é o acordo estratégico entre a Parpública e CTG que exclui uma OPA durante 4 anos. O acordo mostra que o Estado português, via Parpública, e a China Three Gorges creem que a OPA é necessária, mas querem evitá-la, por isso, fizeram o acordo", defende Weneger.

O representante da Euroshareholders considera mesmo que o acordo — feito entre dois estados — viola a lei. "Um acordo que impede o lançamento de uma OPA é ilegal". Para Weneger é óbvio: "Há aqui um conflito de interesses". Mais, frisa, os termos do acordo — publicado na CMVM em inglês — não são conhecidos. Há partes secretas que poderão ser investigadas pelo regulador.

A alteração da desblindagem do uso dos direitos de voto na EDP de 20% para 25% na última AG é outro dos argumentos que prova o poder da CTG. É feito à medida dos interesses da empresa chinesa, que detém 21,35% da EDP.

Não é apenas o Estado que tem uma coligação de interesses na EDP. Weneger aponta também



Henning Wegener, da Euroshareholders, diz que a CTG já controla a EDP FOTO TIAGO MIRANDA

QUEIXA NO TRIBUNAL

- Anulação de deliberações da AG, entre elas a desblindagem
- Inibição dos direitos de voto da Parpública, CTG e aliados
- Índícios de acordo parassocial entre Parpública e CTG
- Violação de diretiva europeia que impede a discriminação

Foi na quarta-feira que cinco acionistas — representados pela ATM, a Euroshareholders e AEM — entregaram no Tribunal do Comércio de Lisboa um pedido de impugnação das deliberações tomadas na AG da EDP a 20 de fevereiro. Querem ver impugnados os pontos um, dois e três, relativos às alterações estatutárias que permitem acomodar os interesses da CTG. Contestam, entre outros, o facto de a desblindagem se ter feito apenas a 25% e não totalmente e afirmam que houve concertação de votos entre acionistas.

ANABELA CAMPOS
acampos@expresso.imprensa.pt